



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL DE 2013

ATA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão extraordinária para as Comemorações do “dia 25 Abril”.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bom dia a todos. À semelhança de anos anteriores, vamos iniciar esta sessão extraordinária, desta vez comemorativa do 39.º (trigésimo nono) aniversário da Revolução de Abril.

Começo por cumprimentar a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros da Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, os Senhores Representantes das forças vivas do Concelho, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Reunimo-nos, hoje, nesta sessão extraordinária para comemorar o 39.º aniversário da Revolução de 25 de Abril. Lembro-vos que recordar Abril é um dever e uma obrigação de todos os nós, democratas, para com todos aqueles que tornaram possível este histórico dia da revolução. Como tradição desta Assembleia Municipal, comemorar e invocar o 25 de Abril é, também, dar a palavra aos Grupos Parlamentares aqui representados, que foram, para o efeito, convidados a fazê-lo na convocatória que fora enviada. Convido assim a usar da palavra a porta-voz do Partido Popular Monárquico, Senhora Membro da Assembleia Maria José Serol de Brito Correia. Faça favor.

A Senhora Membro da Assembleia Maria José Serol de Brito Correia:

- Bom dia, Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhores Secretários,
Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia,
Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Representantes das Edilidades do Concelho,
Estimado Público.

Estamos aqui, mais uma vez, para lembrar o 25 de Abril. Para a maioria de nós, os que viveram os eventos, os que os ouviram contar na primeira pessoa e até os que hoje já olham esta efeméride como ato e um evento histórico, a data significa Liberdade. É este o direito fundamental que constitui uma das maiores, se não a maior, conquista da revolução de 1974. A liberdade, no entanto, pode assumir muitas dimensões diferentes e nem todas elas estão salvaguardadas no presente.

Quando falamos em liberdade de expressão, apesar de alguns ameaços, ela existe de facto e é cultivada no dia-a-dia. É essa liberdade que permite por exemplo que eu tivesse sido eleita com o apoio de um Partido Monárquico, o que poderia ser visto como uma ameaça ao regime político vigente e às posições republicanas. Mas se esta dimensão da liberdade de expressão é cumprida, o mesmo já não podemos dizer da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

liberdade de fazer e decidir. Na verdade a maioria de nós, quer individualmente, quer como Município e até como País, estamos limitados nas nossas opções e não somos totalmente livres. Esta falta de liberdade resulta de ações do passado recente e que continuarão por mais algumas gerações a limitar as opções de futuro. Refiro-me, sobretudo, às decisões de política económica e financeira seguidas que fizeram e fazem com que os próximos anos não sejam anos de total liberdade, pois será necessário honrar compromissos assumidos por outros.

Por isso, neste dia, em que se comemora a liberdade, seria bom que todos nós nos lembrássemos das várias dimensões que ela tem e em como as nossas ações de hoje põem em risco e hipotecam as liberdades do futuro. A única limitação à liberdade que deve existir, na minha opinião, deve ser a da ação política e é a que separa a liberdade individual da liberdade coletiva. Na ação política devem ser tomadas as decisões que defendam os interesses do Município e do País e não as que defendem os interesses dos políticos enquanto indivíduos. Nesse sentido, um eleito não deve ser livre de atuar nos próprios interesses, pois deve sempre atuar segundo os interesses dos seus eleitores.

Por isso celebremos e lembremos a liberdade como uma grande conquista de Abril neste dia 25 mas, sobretudo, pratiquemo-la nas nossas ações do dia-a-dia e durante todos os dias do ano.

Viva o Concelho de Nelas! Viva a Liberdade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Membro da Assembleia Maria José Serol de Brito Correia. Convido, de seguida, o Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges, como representante do Movimento do Partido da Terra. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhores Membros da Assembleia,
Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia,
Entidades presentes,
Estimado Público.

Decorridos todos estes anos pós o 25 de Abril de 1974, era de presumir que estaríamos hoje a constatar que o essencial do programa do MFA tivesse sido cumprido. Isto é, os famosos 3 “D”, Democratizar, Descolonizar e Desenvolver, teriam sido implementados em Portugal com o sucesso que os jovens capitães de Abril tanto ansiavam.

Se quanto à Descolonização, a mesma se concretizou, apesar de erros de percurso, já no que se refere a Democratizar a sociedade e o Estado ainda há muito a fazer. No que diz respeito ao Desenvolvimento, a atuação dos vários Governos que dirigiram este País tiveram como resultado o aumento da desigualdade entre o interior e o litoral., pois a desertificação do interior tem sido uma constante. A última prova está a ser dada com o encerramento dos serviços de proximidade às populações, tais como Juntas de Freguesia, Serviços de Finanças e Tribunais.

Os milhões desbaratados em excesso de betão, parcerias e BPN’s, deveriam ter sido objeto de criação de emprego nas regiões menos favorecidas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Os fundos europeus, na sua maioria, serviram apenas para que Portugal abatesse a sua frota pesqueira, deixassem terras de pousio e encerrasse a maioria da sua indústria. O resultado aí está, pois somos um protetorado da Troika.

Viva o 25 de Abril.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges. Convido, agora, o porta-voz do Partido Socialista, Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos:

-Muito bom dia, Senhor Presidente da Assembleia,

Senhora Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Membros da Assembleia, Colegas de bancada,

Estimado Público.

Estamos aqui, hoje, nesta Assembleia Extraordinária para comemorar mais um aniversário de Abril. Contam-se, neste momento, 39 anos após a revolução de Abril.

Celebramos, assim, mais um aniversário de um acontecimento histórico, marcante para as gerações contemporâneas e inspiradora para as gerações futuras, onde se pôs termo à ditadura e se restaurou os direitos, garantias e liberdades. Contudo, passados estes anos, ainda não estão totalmente preenchidos os direitos fundamentais da nossa Constituição, sendo cada vez, e em cada dia, postos em causa e ameaçados, nomeadamente, a Educação, a Habitação, o Emprego, a Justiça, a Saúde, a Cultura e a Solidariedade Social. Importa saber, neste dia, no que é essencial para as pessoas, se Portugal continua a ser uma Nação coesa e solidária.

Por isso, temos situações alarmantes, como é o caso dos nossos jovens, que se sentem, neste momento, frustrados, sem rumo e sem orientação. Andam sem esperança e a emigração é apontada como um caminho a seguir. Isso é mau porque estamos a perder uma das massas mais críticas e mais fundamentais da nossa sociedade. Assim, com estas políticas desastrosas é impossível inverter a situação sócio económica que nos atinge, em vez de contribuir para o progresso do País, numa sociedade melhor e mais coesa. O desemprego que se atingiu é preocupante, pois todos os dias vemos o aumento do número de pessoas desesperadas junto dos Centros de Emprego, independentemente do seu estado social, estatuto ou formação.

Não podemos continuar impávidos a assistir ao encerramento e à falência de empresas e famílias. Há que mudar de políticas e de Governo. Não podemos, também, ficar impávidos à falta de cuidados de saúde. Não podemos ficar distantes do decréscimo do investimento na educação, na cultura e no saber. A cultura, por ser a memória de um povo, está a ser desrespeitada porque foi uma das conquistas mais importantes de Abril. Tenho colegas ligados à arte que foram extremamente perseguidos por exprimirem, apenas, nas telas aquilo que viam e que sentiam.

Há uma imagem que ainda guardo e que me marcou. Lembro-me muitas vezes que, quando era um jovem, no período de férias ia para uma colónia de férias, na praia da Gala, na Figueira da Foz, sendo os custos suportados pelos Fornos Elétricos. Para que as crianças que faziam essas férias pudessem estabelecer comunicação com os seus Pais, escreviam a estes dando-lhe notícias do que lhes estavam a acontecer. As cartas eram abertas e lidas e depois voltavam para trás para que o conteúdo das mesmas fosse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

corrigido, para que as crianças transmitissem aos Pais de que estavam a ser muito bem tratadas. Uma criança com 13 ou 14 anos tinha que redigir uma nova carta de acordo com as instruções que lhes eram dadas pela colónia. Havia uma máquina, que se chamava viola, com a qual levávamos umas reguadas e tínhamos que estar calados.

Nos tempos de hoje, salientamos a falta de tolerância política e a ameaça da segurança de pessoas e de bens. O crime e a violência atingem, sobretudo, a população mais idosa e os mais desfavorecidos, porque vemos todos os dias pessoas idosas a serem assaltadas e violentadas, muitas vezes a troco de nada. Os casos mais alarmantes vêm do seio das famílias, onde predomina o silêncio entre quatro paredes, em que há pessoas a passar fome e sem condições para sobreviverem.

Não podemos também deixar de comentar o afastamento do poder administrativo das populações, que é um novo cenário, como consequência da fusão de Freguesias e em que o Concelho de Nelas perdeu Moreira e Agueira. Com esta decisão o Concelho fica mais pobre, pois estas populações ficam desprotegidas do único elemento administrativo que lhes dava apoio, para além de perderem poder de proximidade.

Estamos a caminhar, a passos largos, para uma sociedade mais pobre e mais idosa, sem esperança. Por isso, estamos a atravessar um dos anos mais negros pós 25 de Abril. E, ao mesmo tempo, vivemos a crise mais profunda dos últimos 40 anos, mesmo aqui no nosso Concelho onde este sentimento está bem patente.

Esta é a minha preocupação e ao evocar o 25 de Abril tem de ser um ato de consciência fazendo que cada um de nós esteja atento, contribuindo para um País que se encontra em grave situação e com sérias dificuldades. Por isso, este projeto político está esgotado. Daí a necessidade de Novo Rumo, Nova Esperança, Novo Governo e Novas Políticas.

Caso seja necessário um novo 25 de Abril, cantaremos, novamente, a Grândola Vila Morena.

Viva o 25 de Abril.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos. Convido, agora, o Senhor Membro da Assembleia Prof. Dr. Benjamim Pedro para usar da palavra em representação da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Prof. Dr. Benjamim Pedro:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas,

Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Nelas,

Exmos. Senhores Vereadores,

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal de Nelas,

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia,

Exmos. Senhores Representantes das Associações presentes,

Caros Bombeiros e Caro Público.

Ao comemorarmos o 39.º ano de liberdade, após o 25 de Abril de 1974, é com orgulho que mais uma vez os valores de Abril, Liberdade, Democracia e Justiça, são lembrados e comemorados. Os valores de Abril terão de ser sempre o motivo de unidade à volta da qual se unam os portugueses. Na manhã do 25 de Abril de 1974 nasceu o sonho de um País diferente, um País livre e democrático, um Portugal mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

justo e solidário, uma nação mais desenvolvida e em que a riqueza fosse melhor repartida.

No entanto, a grave crise económica-financeira e social em que se encontra mergulhado o País, com um desemprego assustador e de proporções dramáticas, cavando, cada vez mais, o distanciamento entre ricos e pobres, a corrupção, a ineficácia da justiça, a degradação dos indicadores de saúde e o continuado desrespeito pela Constituição Nacional e pela história e cultura de um País com mais de oito séculos de existência, concorrem em uníssono para a destruição progressiva do País e do Povo que sofre, diariamente, esta brutal austeridade.

É premente, e até urgente, que os portugueses, mais uma vez na sua história, se levantem e se mobilizem, para ultrapassarem este período negro e nebuloso, que paira sobre as famílias portuguesas. Mais uma vez é urgente que o povo português recupere o seu poder soberano e que reúnam à volta dos valores sociais e políticos, que foram a referência do 25 de Abril e que seja capaz, mais uma vez, de preservar a identidade e a coesão nacionais, devolvendo-nos a soberania.

Viva o Concelho de Nelas.

Viva a Democracia e a Liberdade.

O Senhor Presidente da Assembleia.

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Prof. Dr. Benjamim Pedro. Dando continuidade a esta cerimónia, convido a Senhora Presidente da Câmara, Dr.^a Isaura Pedro, a proferir algumas palavras alusivas a este dia histórico. Faça favor.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dr.^a Isaura Pedro:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhores Vereadores,

Senhores Presidente de Junta,

Senhores Membros da Assembleia,

Senhores Representantes das Associações aqui presentes,

Caros Bombeiros,

Caríssimo Público.

Saúdo a presença de todos nesta Assembleia comemorativa do 25 de Abril.

Saúdo o 2.º Comandante dos Bombeiros, ocupando neste momento o lugar de Comandante Interino e, também, o seu Adjunto de Comando.

Saúdo a nossa Guarda de Honra a quem agradeço a presença.

E saúdo, também, os representantes das Associações que estão aqui hoje nesta cerimónia para assinarmos os protocolos, porque o 25 de Abril é, também, a partilha e é o reconhecimento do mérito a quem o tem.

Considero que, para além da Lei Fundamental do País, ou seja, a Constituição, o Poder Local foi uma das outras grandes conquistas do 25 de Abril. O Poder Local Democrático mudou Portugal para melhor e o trabalho realizado ao serviço das populações, ao longo destes anos, honra o nosso regime democrático e prestigia o País. Foi graças ao empenhamento, à dedicação e ao dinamismo dos Eleitos Locais que se tornou possível atenuar, em poucos anos, os enormes atrasos com que o País se debatia em matéria de infraestruturas e equipamentos sociais. Mas a área de intervenção do Poder Local diversificou-se ao longo do tempo e, cada vez, mais complementa ou substitui o Governo. A escola, a saúde, a família, os idosos, as preocupações com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

emprego e a integração social, o desporto e o apoio ao associativismo, são disso bons exemplos.

Mas, também, a luta contra a desertificação e o despovoamento e o combate continuado e persistente contra o encerramento de serviços de proximidade e, recentemente, a luta desencadeada pelos Eleitos Locais contra esta reforma administrativa feita contra a vontade das populações são exemplo do compromisso de responsabilidade que, a cada momento, o presente nos exige. Apesar do trabalho desenvolvido pelo Poder Local estamos, constantemente, a ser alvo de ataques soezes, tentando fazer de todos os Autarcas o bode expiatório de todos os males do País. O tempo acaba sempre por dar razão a quem a tem e hoje, de swap em swap, vamos vendo quem são os maus gestores.

Os tempos que vivemos são exigentes. São, sem dúvida, muitos os desafios que diariamente, todos nós, cada um à sua maneira, enfrenta. Nestes tempos de sacrifícios, e de crise de valores não podemos perder a esperança, porque a esperança de um País mais justo é o que nos dignifica enquanto Nação. Todos sabemos que a História celebra-se não apenas, no que tem de festivo e glorioso, mas também pelo que revela quanto à nossa capacidade de nos mantermos coesos e solidários, nas alturas difíceis.

Desejo a todos um bom 25 de Abril.

Viva Portugal.

Viva o Concelho de Nelas coeso e solidário.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Presidente da Câmara, Dra. Isaura Pedro. Como habitualmente, vou também usar da palavra sobre este dia histórico que vivemos.

Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores,

Exmos. Senhores Membros da Assembleia,

Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Representantes das Forças Vivas do Concelho,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Ao celebrarmos o 25 de Abril, festejamos a vitória da liberdade sobre a ditadura, o triunfo da democracia sobre o autoritarismo. Comemorar o 25 de Abril é hoje, antes de mais, dar um passo em frente respondendo ao apelo de consciência pela dignidade da vida para todos, pela liberdade e pela democracia. É não desistir de uma sociedade mais justa. É não aceitar o conformismo do “inevitável”. É partilhar dificuldades e sonhos. É promover uma sociedade solidária e não caritativa. É alimentar ambições para todos em oposição à ganância dos do costume. É aprofundar a democracia e as responsabilidades sociais de todos para com todos. É exigir verdade e respeito pelos compromissos democrático e não aceitar legitimações de poder assentes em mentiras ou em manipulação de interesses obscuros.

As conquistas que o 25 de Abril proporcionou para o País fizeram dele o marco importante da nossa história recente. O poder local democrático, uma das conquistas de Abril, tem-se evidenciado, ao longo destes anos, pelos bons desempenhos em prol do Desenvolvimento das regiões. Pretende-se que se continue a fazê-lo, não aceitando ser enfraquecido, seja a que pretexto for.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A política de cortes orçamentais e as restrições em termos de financiamento das Autarquias, ditadas pelo Governo, são castradoras de toda e qualquer iniciativa de investimento. Estamos no limiar do intolerável, digo mais, mesmo do impossível.

Mas, a revolução faz-se todos os dias e não apenas uma vez. Por isso, todos os dias devemos procurar reconstruir os valores da democracia, da liberdade e da solidariedade. Em Abril de 1974, há precisamente 39 anos, o importante era garantir valores fundamentais para a nossa vida coletiva - valores que o Estado Novo nunca tinha garantido ou que, por força do seu próprio desgaste, tinha, entretanto, deixado de garantir. A democracia, a liberdade, o desenvolvimento, a igualdade de oportunidades, a solidariedade, a justiça social, a segurança dos cidadãos, o emprego ou a igualdade de todos perante a lei, são valores que abraçámos em 1974 e que, não mais, queremos perder. Eles são o que de importante a revolução nos trouxe.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Como tudo na vida, também os regimes políticos têm um princípio e um fim. O regime que, em boa hora, nasceu naquela madrugada de Abril de 1974, não estava imune à erosão do tempo. Nada do que nos rodeia é eterno. Por isso, alinhar no pensamento maioritário e politicamente correto de que podemos continuar passivos, porque este regime é eterno, só prejudica no essencial do próprio regime. É por demais evidente que se nada é eterno, muito menos serão as regras que nos regem num mundo em constante mudança. Como podemos esperar que na sociedade atual, em que tudo muda - e muito depressa - seja possível viver com as mesmas regras que, há quase quarenta anos, foram criadas para dar resposta a uma sociedade muito diferente daquela em que hoje vivemos. As regras estabelecidas que seguimos há cerca de quatro décadas, na prática, são meramente instrumentos. O importante é salvaguardar os valores em que acreditamos. Quando isso não acontece, ou quando só acontece de forma parcial e deficiente, manda a experiência e o bom senso que se reforme o que tem de ser reformado. Por isso, é no prosseguimento dos objetivos de Abril que devemos centrar as nossas preocupações e não na defesa das regras que, mais não são do que um meio para atingir o que verdadeiramente tem valor e que, em função das mudanças, têm de ser ajustadas a esse tempo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

É, pois, neste enquadramento que vale a pena questionar se os valores do 25 de Abril continuam hoje defendidos como, em larga medida, já o foram no passado. Tem o regime sido capaz de, ao longo dos últimos anos, garantir um combate real pelo desenvolvimento, pela igualdade de todos perante a lei, pela justiça social e pelo emprego? Tem o regime sido capaz de, ao longo dos últimos anos, reforçar a solidariedade, a igualdade de oportunidades, a segurança e a equidade com que o Estado deve tratar todos os cidadãos? Tem o regime, na defesa do superior interesse público, evoluído positivamente no aprofundamento da democracia, da liberdade e da transparência do relacionamento entre o poder político, o poder económico e o próprio poder judicial?

Ao olharmos para a situação atual o que vemos? As respostas a todas estas questões são demasiado evidentes. A nossa democracia tem-se vindo a degradar e tem, assim, permitido o esvaziamento dos principais valores que o próprio regime visava assegurar como as perdas na saúde, na educação, no trabalho, na justiça, entre outras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A evidente desumanização da política, traduzida numa insensibilidade social, num quase desprezo pela dignidade humana. Hoje, somos bombardeados, até à exaustão, com os números do défice orçamental e da dívida soberana de Portugal que nos conduziu para a mísera situação em que nos encontramos, e que traiu de forma infame as gerações seguintes, que hoje se vêem obrigadas a emigrar, tal como acontecia aquando da ditadura. Sempre aos mesmos.

Estamos numa conjuntura negativa. É verdade. Mas acredito que é possível invertê-la. Por isso, os verdadeiros democratas têm a obrigação de quebrar a intocável imutabilidade das regras que, há anos, configuram o nosso sistema político e que hoje, ao dificultarem o aproveitamento do nosso potencial de desenvolvimento, estão a conduzir muitos portugueses para uma situação de grande dificuldade.

Mas, toda e qualquer reforma tem necessariamente de começar pela revitalização e credibilização do poder político, o único que o cidadão verdadeiramente escolhe de forma direta, que continua num patamar tão baixo de credibilidade e de imagem pública. Mais, a sua qualidade tem vindo a cair de forma evidente, em face do enorme prestígio em que se encontra.

Quando a comunicação social trata todos por igual, promove a vedetas mediáticas e os piores exemplos da nossa vida pública, e vende, permanentemente, uma imagem de falta de seriedade de todos aqueles que ocupam cargos públicos, outra coisa não seria de esperar do que a degradação dos nossos agentes políticos. Porque há cada vez menos gente séria e competente a querer entrar ou fazer parte desta espécie de selva onde vale tudo, e onde quem é honesto é tratado como quem o não é, muitas vezes de forma ainda pior. Devemos considerar que foi este tipo de procedimentos, entre outros, que fez com que o nível da intervenção política descresse para o patamar que hoje lhe conhecemos, onde os políticos são considerados todos por igual; só roubam e só se governam. Dito na mais vulgar linguagem popular, "que só lá estão pelo tacho". Qualquer reforma do regime tem de começar, em primeiro lugar, pelo reforço e credibilização do poder político. Fazendo passar a mensagem de que a política é uma atividade de enorme nobreza e que exige que nela atuem os mais capazes, os mais sérios e os mais competentes. Sem este fundamento, nada se conseguirá construir de forma sustentada e duradora.

É a partir de um poder político credível e forte, que poderemos avançar com passos mais firmes e mais coerentes rumo a um futuro melhor e mais estável. É a partir de um poder político credível e forte, que poderemos avançar, para uma reforma da Justiça que garanta mais transparência e mais controlo democrático. Mais celeridade e mais responsabilidade. Um País não pode autodenominar-se plenamente democrático quando o seu sistema de justiça não consegue, sequer, garantir, em muitas circunstâncias, aquilo que, na própria ditadura, se conseguia salvaguardar. É, pois, a partir desta premissa que temos de começar, com coragem, com determinação e com sentido do dever por parte de todos. Todos, sem exceção, porque a dimensão da tarefa que temos pela frente não é deles, é de todos nós. Sem uma inequívoca vontade coletiva, jamais será possível relançar Portugal. A tarefa não é só do Governo, repito, é de todos nós.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Se a justiça é facilmente reconhecida como um dos maiores problemas do nosso regime, outros há, que também não podem dispensar uma atitude responsável e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

corajosa. Refiro-me à comunicação social. Se é lícito que se queira vender e que se queira ter lucros, já não é aceitável que, para esse efeito, tudo possa valer. Os fins não podem justificar todos os meios. Acima do lucro está a verdade e o rigor da informação. Não podemos continuar a assistir a um permanente desrespeito pela dignidade das pessoas, utilizando-as a seu belo prazer, com fins meramente comerciais. Não podemos continuar a pactuar com a acelerada descredibilização da comunicação "social", em que, com base numa leitura, propositadamente hipócrita e totalitária do princípio da liberdade de imprensa, se permite o "vale-tudo", sem uma verdadeira liberdade de imprensa e de informação, pura e simplesmente, não há democracia! A comunicação social tem um papel insubstituível mas quando o despreza, descredibilizando-se a si própria e a tudo que a rodeia, está a boicotar a sua função, na construção de uma sociedade transparente e verdadeira. Se a censura tradicional das ditaduras é sempre intolerável e incorreta, também não passa a ser mais correta a censura que hoje se pratica debaixo do permanente argumento dos critérios editoriais; que, pelos vistos, dão para tudo e para tudo parecem servir. O resultado desta irracionalidade está hoje bem patente diante de todos nós. O sofrimento por que muitos portugueses estão a passar.

Mas não pensem que a culpa se confina ao poder político. Haja a frontalidade, não é aceitável que o Povo suporte a pesada austeridade a que a situação obriga, com cortes salariais, forte aumento do desemprego e uma penosa degradação do nível de vida classe média, quando, em paralelo, se tem conhecimento da existência de vencimentos exageradamente absurdos, que são profundamente injustos para com a maioria dos portugueses desafiando, de forma pouco prudente, a enorme paciência de quem sofre. É em momentos como o que estamos a viver, que a justiça tem um valor ainda mais alto do que em qualquer outra circunstância, porque as injustiças tornam-se mais evidentes e o sentimento de revolta é obviamente maior.

Senhora Presidente da Camara Municipal. Minhas Senhoras e meus Senhores.

Portugal pode honrar a sua história e, mais uma vez, ultrapassar a profunda crise para que se deixou conduzir. É fundamental que o País, como um todo, acredite que é capaz e que vai vencer, para que a esperança possa voltar. Mas, para que tal seja possível, não podemos ficar à espera que alguém o faça por nós. Temos de nos capacitar que só em conjunto seremos capazes. Temos de perceber que só solidariamente o conseguiremos. Cada um por si, pensando só no seu interesse individual, e deixando apenas para os outros os sacrificios que Portugal tem de fazer, é o caminho ideal para permanecermos na presente situação.

Os trabalhadores portugueses têm tido um comportamento exemplar face às pesadas medidas de austeridade que lhes têm sido exigidas mas, em contrapartida, muitos setores da nossa sociedade não se têm comportado de forma semelhante, demonstrando um egoísmo que, nunca sendo saudável, neste especial momento, é particularmente grave para o futuro do País. Pensar que as reformas são todas boas desde que não sejam connosco, é uma atitude que, seguramente, não se coaduna com o interesse nacional.

Decididamente, o 25 de Abril precisa de nós. Uma vez que o país necessita de uma Estratégia, interna e externa, consistente que, para além da troika, configure um Rumo de Esperança para Portugal. Se todos quisermos, se todos formos honestos no nosso comportamento para com a sociedade em que nos inserimos, se renunciarmos à mediocridade do "salve-se quem puder", voltaremos a ser uma nação respeitada e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orgulhosa do seu desempenho. Temos capacidades suficientes para construir um País capaz de oferecer aos nossos filhos um futuro melhor e longe das sombras que temos deixado pairar sobre nós.

O 25 de Abril, deve ser uma data que marca, acima de tudo, o renascer da esperança de um povo, é o momento certo para acreditarmos que é possível e que essa mesma esperança continua ao nosso alcance. Assim saibamos ser justos, solidários e patriotas, para continuar Abril.

Viva o Concelho de Nelas;
Muito Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Dando seguimento à sessão, vamos, agora, ouvir o Hino Nacional, pelo que convido todos os Senhores a se levantarem.

(Foi ouvido o Hino Nacional)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado a todos. Dando continuidade a esta sessão solene, vamos, agora, assistir à assinatura da celebração de contratos de comodato com as Associações aqui presentes e a Câmara Municipal, pelo que convidava a D. Celeste Nunes a ler os protocolos dos mesmos, para de seguida serem assinados pelos representantes das Associações e a Senhora Presidente da Câmara.

(De seguida a Senhora D. Celeste Nunes leu os quatro Contratos de Comodato, que a seguir se transcrevem:)

CONTRATO DE COMODATO

Entre:

1.º Município de Nelas, com o NIPC 506834166, representado, nos termos legais, pela respetiva Presidente, Dr.^a Isaura Pedro, adiante designado por Primeiro Outorgante e

2.º Nelas Solidária, com sede no Edifício Multiusos, Piso -2, sala 1, em Nelas, Freguesia de Nelas, Concelho de Nelas, com o NIPC 509153755, representada neste ato pela Presidente da Direção, Arlete da Luz Vaz Freixo Garcia, com poderes para o ato, adiante designada pro Segundo Outorgante,

É celebrado o presente Contrato de Comodato que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

1 - O Primeiro Outorgante é dono e legítimo proprietário do prédio urbano, sito em Nelas, destinado a escola primária, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nelas.

2 – A escola primária objeto deste contrato é denominada Escola da Avenida e encontra-se encerrada.

Cláusula Segunda

1 – Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante entrega à Segunda Outorgante, a título gratuito, uma parte da Escola da Avenida, destinando-se as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atividades a desenvolver naquele espaço exclusivamente as que se enquadrem no âmbito dos Estatutos da Segunda Outorgante, sem fins lucrativos.

Cláusula Terceira

1 – É da responsabilidade do Primeiro Outorgante a manutenção do edifício, bem como o pagamento do seguro do imóvel, das despesas de água e luz.

Cláusula Quarta

O Segundo Outorgante fica sujeito às obrigações legais decorrentes do previsto no artigo 1135.º, do Código Civil.

Cláusula Quinta

Este contrato é celebrado pelo prazo de vinte anos, com início na data da respetiva assinatura e é regulado pelo disposto nos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil, sendo tacitamente prorrogado por períodos de cinco anos, salvo se qualquer das partes o denunciar com a antecedência mínima de 30 dias, relativamente à data do seu termo, mediante carta registada com aviso de receção.

Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente contrato com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela lei.

E por estarem de acordo vão assinar as partes.

Nelas, 25 de Abril de 2013.

CONTRATO DE COMODATO

Entre:

1.º Município de Nelas, com o NIPC 506834166, representado, nos termos legais, pela respetiva Presidente, Dr.ª Isaura Pedro, adiante designado por Primeiro Outorgante e

2.º Civilização Activa – Associação de Promoção de Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas, sem fins lucrativos, com sede em Nelas, Freguesia de Nelas, Concelho de Nelas, com o NIPC 508587239, representada pelo Presidente da Direção, Luis Miguel Alves Costa, com poderes para o ato, adiante designada por Segundo Outorgante,

É celebrado o presente Contrato de Comodato que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

O Primeiro Outorgante é dono e legítimo proprietário do prédio urbano, sito em Nelas, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nelas sob o artigo 4018, descrito na Conservatória do Registo Predial de Nelas sob o n.º 6110.

Cláusula Segunda

Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante entrega à Segunda Outorgante, a título gratuito, uma sala do Cine-Teatro Municipal, localizada no rés-do-chão, lado sul do edifício, destinando-se a espaço de trabalho e sede.

Cláusula Terceira

1 – É da responsabilidade do Primeiro Outorgante o seguro do imóvel, bem como o pagamento das despesas de água e luz, porquanto o espaço a ceder está integrado no edifício do Cine-Teatro Municipal, predominantemente utilizado pelo Primeiro Outorgante, não permitindo a legislação a instalação de qualquer outro contador elétrico.

Cláusula Quarta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Segundo Outorgante fica sujeito às obrigações legais decorrentes do previsto no artigo 1135.º, do Código Civil.

Cláusula Quinta

Este contrato é celebrado pelo prazo de vinte anos, com início na data da respetiva assinatura e é regulado pelo disposto nos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil, sendo tacitamente prorrogado por períodos de cinco anos, salvo se qualquer das partes o denunciar com a antecedência mínima de 30 dias, relativamente à data do seu termo, mediante carta registada com aviso de receção.

Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente contrato com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela lei.

E por estarem de acordo vão assinar as partes.

Nelas, 25 de Abril de 2013.

CONTRATO DE COMODATO

Entre:

1.º Município de Nelas, com o NIPC 506834166, representado, nos termos legais, pela respetiva Presidente, Dr.^a Isaura Pedro, adiante designado por Primeiro Outorgante e

2.º Sport Clube de Nelas e Veteranos, com sede na Rua Dr. Arnaldo Almeida, lote 7, Apartado 4, 3520-052 Nelas, Freguesia de Nelas, Concelho de Nelas, com o NIPC 509245960, representada pelo Presidente da Direção, José António Lima de Oliveira, com poderes para o ato, adiante designada por Segundo Outorgante,

É celebrado o presente Contrato de Comodato que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

O Primeiro Outorgante é dono e legítimo proprietário do prédio urbano, sito em Nelas, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nelas sob o artigo 4018, descrito na Conservatória do Registo Predial de Nelas sob o n.º 6110.

Cláusula Segunda

1 - Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante entrega à Segunda Outorgante, a título gratuito, uma sala no edifício do Cine-Teatro Municipal, destinando-se a espaço de trabalho e sede.

2 - As atividades a desenvolver naquele espaço são exclusivamente as que se enquadrem no âmbito dos Estatutos da Segunda Outorgante, sem fins lucrativos.

Cláusula Terceira

1 - É da responsabilidade do Primeiro Outorgante a manutenção do edifício, bem como o pagamento do seguro do imóvel, das despesas de água e luz, porquanto o espaço a ceder está integrado no edifício do Cine-Teatro Municipal, predominantemente utilizado pelo Primeiro Outorgante, não permitindo a legislação a instalação de qualquer outro contador elétrico.

Cláusula Quarta

O Segundo Outorgante fica sujeito às obrigações legais decorrentes do previsto no artigo 1135.º, do Código Civil.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cláusula Quinta

Este contrato é celebrado pelo prazo de vinte anos, com início na data da respetiva assinatura e é regulado pelo disposto nos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil, sendo tacitamente prorrogado por períodos de cinco anos, salvo se qualquer das partes o denunciar com a antecedência mínima de 30 dias, relativamente à data do seu termo, mediante carta registada com aviso de receção.

Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente contrato com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela lei.

E por estarem de acordo vão assinar as partes.

Nelas, 25 de Abril de 2013.

CONTRATO DE COMODATO

Entre:

1.º Município de Nelas, com o NIPC 506834166, representado, nos termos legais, pela respetiva Presidente, Dr.ª Isaura Pedro, adiante designado por Primeiro Outorgante e

2.º Núcleo Dão Nelas - BTT, com sede na Rua de São Miguel, n.º 4, 1.º Esq.º, em Nelas, Freguesia de Nelas, Concelho de Nelas, com o NIPC 508882095, representada neste ato pelo Presidente da Direção, João de Jesus Rijo da Conceição Mendes, com poderes para o ato, adiante designada por Segundo Outorgante,

É celebrado o presente Contrato de Comodato que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

1 - O Primeiro Outorgante é dono e legítimo proprietário do prédio urbano, sito em Nelas, destinado a escola primária, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nelas sob o artigo 1039.

2 – A escola primária objeto deste contrato é denominada Escola da Serra e encontra-se encerrada.

Cláusula Segunda

Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante entrega à Segunda Outorgante, a título gratuito, uma sala do edifício da Escola da Serra, destinando-se a atividades a desenvolver naquele espaço são exclusivamente as que se enquadrem no âmbito dos Estatutos da Segunda Outorgante, sem fins lucrativos.

Cláusula Terceira

1 – É da responsabilidade do Primeiro Outorgante a manutenção do edifício, bem como o pagamento do seguro do imóvel, das despesas de água e luz.

Cláusula Quarta

O Segundo Outorgante fica sujeito às obrigações legais decorrentes do previsto no artigo 1135.º, do Código Civil.

Cláusula Quinta

Este contrato é celebrado pelo prazo de vinte anos, com início na data da respetiva assinatura e é regulado pelo disposto nos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil, sendo tacitamente prorrogado pro períodos de cinco anos, salvo se qualquer das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

partes o denunciar com a antecedência mínima de 30 dias, relativamente à data do seu termo, mediante carta registada com aviso de receção.

Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente contrato com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela lei.

E por estarem de acordo vão assinar as partes.

Nelas, 25 de Abril de 2013.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Aproveito para, mais uma vez, agradecer a todos a vossa presença neste evento e em nome do Concelho de Nelas, a todas as Associações, desejo as maiores felicidades. Saberão, tenho a certeza, continuar a enobrecer e a dignificar o Concelho que a todos nós pertence.

Desejo, a todos, um bom dia e aproveitem as celebrações que existem no Concelho pois o dia serve, precisamente, para isso.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretário: